

Debatendo a legalização do aborto

O portal do Fórum Social Nordeste (FSNE) registrou mais de 164 mil acessos, a partir de setembro de 2004. Entre as enquetes realizadas, destaque para uma sobre a descriminalização do aborto (janeiro 2005): 60% das pessoas disseram "Sim, o aborto deve ser descriminalizado; 30% das/os votantes registraram: "Sim, em certos casos; e apenas 10% disseram "Não".

Para as redes e articulações políticas do feminismo brasileiro, a realização de enquetes e de outras iniciativas de comunicação são muito importantes, num contexto em que está sendo revisada a legislação punitiva sobre aborto, no Brasil, através da Comissão Tripartite, instalada este mês, em Brasília.

Este é o momento de debater e reconhecer os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres, ou seja, de reconhecer que cada mulher tem o direito de decidir, na vida cotidiana, sobre sua sexualidade e reprodução.

Neste sentido, o recém lançado dossiê "Mortes Preveníveis e Evitáveis", da Rede Feminista de Saúde, chama a atenção para um aspecto que virá à tona, daqui a poucos dias, precisamente no segundo domingo de maio: a maternidade. "Devido à supervalorização da maternidade em muitas culturas na construção da identidade feminina, o abortamento pode, equivocadamente, sugerir uma recusa ou repulsa à maternidade". Além disso, ainda "há uma associação entre contracepção e comportamento responsável; interrupção da gravidez e comportamento irresponsável", destaca o dossiê.

Por estes e outros motivos, o que a ilegalidade do aborto impõe - para muitas mulheres que se vêem diante de uma gravidez indesejada - por diferentes motivos e distintas situações, só vivenciadas por nós, mulheres - é a experiência violenta de isolamento e, junto com ela, principalmente no caso das mulheres pobres, a decisão de optar por um aborto em condições inseguras, ficando à mercê de seqüelas e correndo risco de vida. Por esses e outros motivos, defendemos a legalização do aborto. Não se trata de uma recusa à maternidade, mas do direito da mulher de decidir sobre sua reprodução e sexualidade.

Trabalho doméstico e promoção da igualdade racial

Com o tema "Precariedade do trabalho doméstico no Brasil" será realizada dia 26, no anexo II da Câmara de Deputadas/os, uma audiência pública da qual participam como expositoras: Creuza Maria de Oliveira, presidente da Federação das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os, e Cleusa Aparecida da Silva, da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Também farão exposições: o ministro Lélío Bentes Corrêa, do Tribunal Superior do Trabalho; Eliane dos Santos, procuradora geral do Trabalho; e Renato Mendes, pesquisador da OIT.

Na audiência, será lançada a Comissão Especial sobre Trabalho Doméstico, que apesar de ter sido aprovada na Câmara ano passado, só agora será instalada, após todos os partidos terem indicado as/os parlamentares integrantes.

Seminário

No dia 27, marcando a comemoração pelo Dia da Trabalhadora Doméstica, a Federação Nacional das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os promove, em Brasília, o Seminário "Trabalho Doméstico: Políticas Públicas e Promoção da Igualdade Racial". O evento será realizado em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), e tem por objetivo aprofundar o debate sobre a proteção social, a qualificação, o combate à discriminação e ainda sobre o fortalecimento da representação sindical das/os trabalhadoras/es domésticas/os.

Participa como comentarista no "Painel sobre Proteção Social da Trabalhadora Doméstica e a Reforma Trabalhista" a socióloga Natália Cruz (Cfemea), também integrante do Comitê Político da AMB como representante do Fórum de Mulheres do Distrito Federal (veja seção CONtextos).

Raposa Serra do Sol **Mulheres indígenas exigem agilidade do governo federal**

Apesar do decreto presidencial que homologou, no Estado de Roraima, a terra indígena Raposa Serra do Sol, não diminuiu a onda de violência que atinge mulheres e homens indígenas da região.

Estranhamente, logo depois da homologação, o próprio governador decretou luto oficial de sete dias em todo o Estado, e a Câmara Municipal de Boa Vista promoveu uma sessão especial, com todas/os as/os vereadoras/es vestidas/os de preto.

De acordo com Nelita Frank, do Núcleo de Mulheres de Roraima, o clima em Boa Vista e na área de Raposa Serra do Sol é bastante tenso: fazendeiros e arroteiros, com apoio do poder público local, fecharam o comércio, as escolas e outras repartições públicas no dia 20 de abril, buscando organizar uma mobilização de protesto, que foi divulgada para a população dias antes, através de intervenções nas rádios locais.

Agilidade - Segundo Iranildes "Olga" Barbosa dos Santos, mulher indígena Macuxi e atual secretária da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (Omir), a principal reivindicação das mulheres, neste contexto, é no sentido de cobrar agilidade do governo federal, não só para a segurança da população indígena, mas também para a implantação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, neste momento em que o governo estadual anuncia a retirada dos serviços de saúde e das escolas estaduais.

(Leia a íntegra da matéria em um dos anexos da seção CONtextos).

Clam debate aborto e direitos de lésbicas e gays

O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) promove, dia 27, no Rio de Janeiro, a sessão pública "Sexualidade, reprodução e direitos humanos – a América Latina no contexto global". Participará como expositora: Roxana Vasquez, coordenadora da Campanha por uma Convenção interamericana dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que falará sobre *Aborto e direitos na América Latina – a campanha 28 de setembro*.

Roger Raupp Rios (Justiça Federal/RS e pesquisador da UFRGS) debaterá *O direito de gays, lésbicas e transgêneros na América Latina – perspectivas e avanços*. Informações: www.clam.org.br ou pelo fone: (21) 2568-0599.

Concurso de cartazes - Até o próximo dia 10 de maio, a Comissão Organizadora do 10º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (08-11 Out 2005) receberá propostas de cartazes de artistas gráficas interessadas em participar do evento. A vencedora do concurso receberá como prêmio: isenção da taxa de inscrição no encontro, transporte de São Paulo (SP) à Praia Grande (local do encontro), hospedagem e alimentação durante o evento. Informações: <http://www.10feminista.org.br> por e-mail: 10encontro@uol.com.br ou telefone para: (11) 3266 5434.

Direitos sexuais e Direitos Reprodutivos - Saiu o novo edital de bolsas para o programa *Gênero, Reprodução, Ação e Liderança – Gral*, promovido pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, com recursos da John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. O programa apóia a realização de projetos individuais comprometidos com a intervenção social no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. No processo de seleção, será contemplado o princípio de ação afirmativa para promover a equidade de gênero, racial e étnica, assim como a diversidade regional. Mais informações: www.fcc.org.br ou telefone para: (11) 3723-3118.

Direitos Humanos das Mulheres - O Grupo Jovens Feministas de São Paulo e o Instituto Intercultural promovem, dia 28 de abril, o lançamento do *Manual de Capacitação em Direitos Humanos das Mulheres Jovens e Aplicação da Cedaw*. A publicação é resultado do trabalho da Rede Latino-americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos, REDLAC (uma rede regional juvenil que aglutina organizações que trabalham com jovens em 17 países da nossa região) e o Programa Mulher, Justiça e Gênero do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção de Delitos, Ilanud. Informações: jovensfeministas_sp@yahoo.com.br.

CONtextos – anexamos a esta edição um artigo de Natália Cruz sobre trabalho doméstico e a íntegra da matéria sobre a situação de mulheres e homens indígenas em Raposa Serra do Sol, Roraima.

Debater o feminismo - No contexto dos 10 anos da AMB e de preparação ao 10º EFLAC (nota nesta edição), promovemos o debate sobre a prática política e teorizações do feminismo, através de seminários regionais da AMB e da divulgação de textos nesta seção. Nesta edição segue anexo: "Práxis da diferença: notas sobre o trágico do sujeito", de Françoise Collin.